

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF Nº 01.340.937/0001-79

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. A Administração.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2018

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.782	20.718	20.848	21.653	Fornecedores e outras contas a pagar		22.774	31.704	23.551	33.452
Contas a receber e outros recebíveis	5	304.436	288.240	307.476	394.585	Empréstimos e financiamentos	8	6.034	10.464	9.756	27.331
Estoques		120.766	149.412	120.892	149.545	Provisões e encargos trabalhistas		14.405	25.118	14.409	25.118
Impostos e contribuições a recuperar		58.145	62.270	62.349	65.299	Obrigações fiscais		42.285	49.226	42.539	49.309
Adiantamentos a fornecedores		12.713	15.247	67.182	50.512	Adiantamento de clientes		60.583	44.315	62.146	48.664
Despesas antecipadas		1.303	1.502	1.307	1.709	Total do passivo circulante		146.081	160.827	152.401	183.874
Total do ativo circulante		518.145	537.389	580.054	683.303	Não circulante					
Não circulante											
Contas a receber e outros recebíveis	5	211.982	73.762	192.192	57.083	Fornecedores e outras contas a pagar		8.486	18.337	100.079	125.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	41.154	50.216	37.474	44.360	Empréstimos e financiamentos	8	21	21.172	21	21.172
Permanente						Obrigações fiscais		78.722	64.272	78.722	64.271
Investimentos	6 a	5.795	139.884	5.794	5.158	Provisão para contingências	11	31.566	32.073	7.509	6.839
Imobilizado	7	41.000	74.003	76.416	165.682	Provisão para perdas em investimentos	6 b	118.795	135.854	186.331	218.012
Intangível		145	1.018	147	25.891	Total do passivo não circulante		860.144	860.144	860.144	860.144
Total do ativo não circulante		300.076	338.883	312.023	298.174	Capital social	13 a	(324.061)	(299.208)	(324.061)	(299.208)
						Prejuízos acumulados	13 b	17.262	18.655	17.262	18.655
						Ajuste de avaliação patrimonial	13 c	553.345	579.591	553.345	579.591
						Total do patrimônio líquido		818.221	876.272	892.077	981.477
						Total do passivo e patrimônio líquido		818.221	876.272	892.077	981.477

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida		170.852	289.583	179.111	298.890
Custo dos serviços prestados		(176.646)	(254.919)	(206.697)	(275.472)
Lucro/Prejuízo bruto		(5.794)	34.664	(27.586)	23.418
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(33.248)	(86.052)	(26.603)	(101.964)
Outras receitas (despesas) líquidas		17.592	16.737	30.450	14.672
		(15.656)	(69.315)	3.847	(87.292)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(21.450)	(34.651)	(23.739)	(63.874)
Receitas financeiras		5.416	12.468	5.176	12.381
Despesas financeiras		(2.174)	(9.518)	(3.113)	(17.698)
Resultado financeiro líquido		3.242	2.950	2.063	(5.317)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		2.536	(31.281)	3.820	(471)
Resultado antes dos impostos		(15.672)	(62.982)	(17.856)	(69.662)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(121)	(123)	(121)	(123)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(9.060)	(12.104)	(6.876)	(5.424)
Resultado do exercício		(24.853)	(75.209)	(24.853)	(75.209)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores		(24.853)	(75.209)	(24.853)	(75.209)
Variação cambial de conversão de operações no exterior		(1.393)	4.831	(1.393)	4.831
Resultado abrangente total		(26.246)	(70.378)	(26.246)	(70.378)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores		(26.246)	(70.378)	(26.246)	(70.378)
Resultado abrangente total		(26.246)	(70.378)	(26.246)	(70.378)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

1. Contexto Operacional: A Companhia localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 19º andar, São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado com o objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo território nacional; (h) serviços de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de redes de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades mencionadas nos itens acima. **a) Entidades da controladora:** As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Controladas / Coligadas	País	Controle	Participação	
			2017	2016
GLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	Brasil		5,00%	5,00%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda.	Brasil	Compartilhado	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	Peru	Direto	100,00%	100,00%
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	Brasil	Compartilhado	50,00%	50,00%
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Engibras Engenharia S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%

2. Base de Preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 16 de março de 2018. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 3 e 4, respectivamente. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **c) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 3 (a) – consolidação:** determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e **• Nota explicativa 3 (m) – classificação de arrendamento mercantil.** **d) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a partir de 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 5 – realização do contas a receber e outros recebíveis;** **• Nota explicativa nº 7 – vida útil do ativo imobilizado;** **• Nota explicativa nº 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;** e **• Nota explicativa nº 11 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.** **e) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (**inputs**) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** **inputs**, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** **inputs**, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (**inputs** não observáveis). O valor justo que é determinado para passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2017. **f) Base de mensura-**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais							
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	-	-	4.831	-	4.831
Resultado do exercício		-	-	-	-	(75.209)	(75.209)
Em 31 de dezembro de 2016	13	860.144	-	-	18.655	(299.208)	579.591
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	-	-	(1.393)	-	(1.393)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(24.853)	(24.853)
Em 31 de dezembro de 2017	13	860.144	-	-	17.262	(324.061)	553.345

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(24.853)	(75.209)	(24.853)	(75.209)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	413	-	(10.647)	6.113
Depreciação e amortização	12.176	25.312	23.678	43.160
Resultado na venda de imobilizado e intangível	(17.686)	(2.685)	(30.543)	(1.056)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.536)	31.281	(3.820)	471
Provisão para contingências	78.722	64.269	78.720	64.269
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9.060	12.104	6.876	5.424
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	-	2.872	208	7.259
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(1.393)	4.831	(1.393)	4.831
	53.903	62.775	38.226	55.262
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	(154.829)	168.418	(37.353)	69.053
Estoques	28.646	53.578	28.653	53.495
Impostos e contribuições a recuperar	4.125	2.489	2.950	2.438
Adiantamento a fornecedor	2.534	7.909	(16.670)	(27.262)
Despesas antecipadas	199	(705)	402	(554)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	(710)	10	(739)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Adiantamento de clientes	16.268	14.806	13.482	8.675
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.930)	(135.232)	(9.901)	(134.679)
Provisões e encargos trabalhistas	(10.713)	(24.063)	(10.713)	(25.117)
Obrigações fiscais	(28.092)	4.320	(27.915)	3.917
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-	(812)	(208)	(3.355)
Provisão para contingências	(64.272)	(35.794)	(64.271)	(35.830)
Provisão para perdas em investimentos	(507)	21.332	670	(3.902)
Caixa líquido das atividades operacionais	(161.666)	138.311	(82.638)	(38.598)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	136.625	(160.890)	3.184	3.904
Imobilizado	38.513	24.799	96.131	20.147
Intangível	873	729	25.744	(24.124)
Caixa líquido das atividades de investimento	176.011	(135.362)	125.059	(73)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(14.281)	(16.528)	(43.226)	14.819
Caixa líquido das atividades de financiamento	(14.281)	(16.528)	(43.226)	14.819
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	64	(13.579)	(805)	(23.852)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.718	34.297	21.653	45.505
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20.782	20.718	20.848	21.653
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	64	(13.579)	(805)	(23.852)

ração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. **(ii) Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquiridas pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iii) Controladas:** O Grupo controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras de controladoras e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(iv) Investimentos em entidades controlizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controlizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (**joint ventures**). Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir. **(i) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Receita operacional: (i) Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(ii) Prestação de serviços:** O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. **(iii) Contratos de construção:** A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados. As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **c) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: **• Juros sobre aplicações financeiras;** **• variação cambial;** **• descontos obtidos e concedidos;** **• tarifas bancárias;** **• e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.** As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros contínua...

...continuação

efetivos. **d) Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **e) Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **h) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Equipamento de campo	17 anos
• Veículos	17 anos

7. Imobilizado

Controladora	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações	Equipamentos especiais	Edificações	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2016	173.165	21.949	13.753	11.793	13.278	41.579	3.460	3.089	841	1.823	284.730
Adições	583	53	1	629	27	538	-	-	-	-	1.831
Baixas	(36.551)	(3.008)	(987)	(11.410)	(1.040)	(3.161)	(3.460)	-	-	(1.823)	(61.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137.197	18.994	12.767	1.012	12.265	38.956	-	3.089	841	-	225.121
Adições	513	8	2	-	44	-	-	-	-	-	567
Baixas	(46.369)	(1.033)	(3.211)	(262)	(1.897)	(439)	-	-	-	-	(53.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91.341	17.969	9.558	750	10.412	38.517	-	3.089	841	-	172.477
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(91.359)	(9.814)	(11.285)	(3.340)	(8.655)	(34.557)	(2.904)	(1.389)	-	-	(163.303)
Adições	(3.282)	(1.277)	(1.007)	(3.728)	(1.309)	(301)	(394)	(822)	-	-	(12.120)
Baixas	8.834	868	2.365	6.764	-	2.176	3.298	-	-	-	24.305
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(85.807)	(10.223)	(9.927)	(304)	(9.964)	(32.682)	-	(2.211)	-	-	(151.118)
Adições	(7.022)	(499)	(558)	(442)	(1.305)	(1.901)	-	(878)	-	-	(12.605)
Baixas	27.272	1.079	3.153	384	-	358	-	-	-	-	32.246
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(65.557)	(9.643)	(7.332)	(362)	(11.269)	(34.225)	-	(3.089)	-	-	(131.477)
Imobilizado líquido											
Em 31 de dezembro de 2016	51.390	8.771	2.840	708	2.301	6.274	-	878	841	-	74.003
Em 31 de dezembro de 2017	25.784	8.326	2.226	388	(857)	4.292	-	-	841	-	41.000
Consolidado											
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2016	170.013	22.091	13.895	140.381	97.345	41.650	9.500	3.477	841	1.823	501.016
Adições	583	53	1	629	27	538	-	-	-	-	1.831
Baixas	(23.676)	(1.268)	(252)	(16.722)	(3.879)	(808)	-	-	-	(1.823)	(46.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	146.920	20.876	13.644	124.288	93.493	41.380	9.500	3.477	841	-	456.242
Adições	513	8	2	5.030	986	-	-	-	-	-	6.539
Baixas	(56.936)	(1.033)	(3.211)	(58.902)	(38.458)	(509)	-	-	-	-	(159.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	90.497	19.851	10.435	70.416	56.021	40.871	9.500	3.477	841	-	303.732
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(94.791)	(9.951)	(11.402)	(58.606)	(56.812)	(34.501)	(5.196)	(1.826)	-	-	(273.085)
Adições	(14.178)	(1.277)	(1.009)	(13.615)	(5.931)	(337)	(839)	(822)	-	-	(38.008)
Baixas	7.531	-	2.004	10.280	-	538	180	-	-	-	20.533
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(101.438)	(11.228)	(10.407)	(61.941)	(62.743)	(34.300)	(5.855)	(2.648)	-	-	(290.560)
Adições	(7.071)	(502)	(560)	(21.464)	(8.715)	(1.945)	(5)	(829)	-	-	(41.091)
Baixas	27.272	1.080	3.155	45.260	26.834	416	318	-	-	-	104.335
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(81.237)	(10.650)	(7.812)	(38.145)	(44.624)	(35.829)	(5.542)	(3.477)	-	-	(227.316)
Imobilizado líquido											
Em 31 de dezembro de 2016	45.482	9.648	3.237	62.347	30.750	7.080	3.645	829	841	-	165.682
Em 31 de dezembro de 2017	9.260	9.201	2.623	32.271	11.397	5.042	3.958	-	841	-	76.416

a) Provisão para redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros. O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8. Empréstimos e Financiamentos: Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

• Instalações 17 anos
 • Equipamentos especiais 11 anos
 • Edificações 25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i) Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i) Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **(iv) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **k) Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. A administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **I) Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **(i) Contratos onerosos:** Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes da provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados aos contratos. **m) Arrendamentos: (i) Ativos arrendados:** Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. **(ii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo de arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	2.275	407	2.341	1.342
Aplicações financeiras	18.507	20.311	18.507	20.311
	20.782	20.718	20.848	21.653

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber - privado	51.280	55.000	54.298	59.886
Contas a receber - público	253.156	221.702	253.156	223.161
Partes relacionadas	185.788	26.269	166.011	109.577
Outras contas	26.194	59.031	26.203	59.044
	516.418	362.002	499.668	451.668
Circulante	304.436	288.240	307.476	394.585
Não Circulante	211.982	73.762	192.192	57.083

6. Investimentos: A Companhia registrou um ganho de R\$ 2.536 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (e uma perda de R\$ 31.281 em 2016) de equivalência patrimonial de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. O Grupo registrou um ganho de R\$ 3.820 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (e uma perda de R\$ 471 em 2016) de equivalência patrimonial de seus empreendimentos controlados em conjunto. Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CAB Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	5.794	5.158	-	-
Engbrás Engenharia S.A	-	134.725	-	-
Galvão Concessões	-	-	-	-
Rodoviárias Participações S/A	1	1	-	-
	5.795	139.884		

b) Provisão para perdas em investimentos – controladora

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda.	6.837	6.837	-	-
GLLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.	22.573	22.308	-	-
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	2.156	2.928	-	-
	31.566	32.073		

Linha de Crédito	Indexador	Juros médios a.a (%)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2017	2016	2017	2016
Leasing	CDI	9,9	2015 - 2019	-	2.768	-	12.936
FINAME	TJLP	5,4	2015 - 2025	14.520	25.851	28.670	85.991
Cédula de crédito bancário	CDI	10,2	2015 - 2019	-	182	5.068	1.329
Empréstimos - partes relacionadas				-	-	76.097	52.805
				14.520	28.801	109.835	153.061
Circulante				6.034	10.464	9.756	27.331
Não Circulante				8.486	18.337	100.079	125.730



...continuação

9. **Debêntures:** No exercício de 2017 a Companhia não possui debêntures. Em 2016 os montantes de Debêntures foram cindidos para a CEOS Administradora de Bens S.A., conforme demonstrado em nota explicativa 17 das demonstrações contábeis.

10. **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos / (Passivos)		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Direitos a faturar	(45.310)	(45.264)	(45)	2.717
Provisão para contingência	-	-	-	(12.171)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(10.443)
Ajuste de depreciação - vida útil CPC 27	-	-	-	3.134
Prejuízo fiscal a compensar	85.754	94.770	(9.015)	9.016
Outras	710	710	-	(4.358)
Consolidado	41.154	50.216	(9.060)	(12.104)
	Ativos / (Passivos)		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Ajuste de depreciação - vida útil CPC 27	-	-	-	3.134
Custo atribuído	(3.517)	(5.701)	2.184	6.681
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	(45.310)	(45.264)	(45)	2.717
Provisão para contingência	-	-	-	(12.171)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(10.443)
Ajuste diferido líquido dos ingressos e custos das obras do Peru - POC	(163)	(155)	-	-
Prejuízo fiscal a compensar	85.754	94.770	(9.015)	9.016
Outras	710	710	-	(4.358)
	37.474	44.360	(6.876)	(5.424)

11. **Provisão para Contingências:** O Grupo classifica o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo. O Grupo considera existir riscos efetivos de natureza cível e trabalhista classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R\$ 78.722 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 64.272 em 2016). As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram no montante de R\$ 100.679 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 165.000 em 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. **Partes Relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Controladora Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	701	-	-	(1.396)	
Conta corrente	(b)	182.719	122.738	-	-	-	
		182.719	123.439			(1.396)	
Não circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
Mútuos	(c)	3.067	2.830	-	-	-	
		3.067	2.830				
Consolidado							
		Ativo	Passivo	Resultado			
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	701	-	-	-	(1.396)
Conta corrente	(b)	162.944	106.046	-	-	-	-
		162.944	106.747				(1.396)
Não circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
Mútuos	(c)	3.067	2.830	-	-	-	-
		3.067	2.830				

13. **Patrimônio Líquido - Controladora: a) Capital social:** O Capital social da Companhia é de R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado (R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado em 2017). Está representado por 860.143.614 (860.143.614 em 2016) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. b) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição do credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente. c) Mútuo firmado entre a Companhia e sua controlada em conjunto AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda. e também com sua subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. - Sursucal del Peru.

13. **Patrimônio Líquido - Controladora: a) Capital social:** O Capital social da Companhia é de R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado (R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado em 2017). Está representado por 860.143.614 (860.143.614 em 2016) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2017	2016
Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial	860.143.613	860.143.613
MFE Participações Ltda	1	1
	860.143.614	860.143.614

b) **Reserva legal, Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2016 a Companhia apresentou um prejuízo do exercício de (R\$ 75.209) que foi acumulado ao saldo de Prejuízo Acumulado no montante de (R\$ 299.208). Em 2017 a Companhia apresentou um resultado do exercício de (R\$ 24.857) que foi acrescido ao Prejuízo Acumulado. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru. d) **Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. No exercício de 2017 a Companhia não está propondo pagamento de Dividendos devido ao prejuízo do exercício.

14. **Aspectos Ambientais:** A Companhia e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

15. **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) e IAS 7.

16. **Recuperação Judicial:** Em 25.3.2015, a Companhia e a sua controladora Galvão Participações S.A., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), cujo processamento foi deferido por decisão proferida em 27.3.2015. O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pela Companhia e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em decisão proferida em 14.9.2015, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial conjunto da Companhia ("PRJ"), aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em primeira convocação e suspensa, a pedido dos credores, em 19.8.2015, tendo sido retomada e realizada em 28.8.2015. O PRJ vem sendo cumprido pela Companhia. Dentre as suas obrigações, destacam-se: (i) a efetivação do pagamento dos credores trabalhistas (Classe I), totalizando o valor de R\$ 22.650.657,04; (ii) a criação da CEOS Administradora de Bens S.A. ("CEOS"), sociedade por ações de capital fechado que, na forma da Cláusula 3.6 do PRJ, se tornou titular de certos ativos da Companhia, conforme relação prevista na Cláusula 3.5 do PRJ, e devedora dos credores concursais da recuperanda, por meio de cisão parcial da Companhia, para o fim de (ii.1) garantir a implementação do PRJ, (ii.2) otimizar a gestão dos ativos e passivos da Companhia, proporcionando ganho de sinergias no tocante à administração de bens e à recuperação de créditos da recuperanda e, ainda, (ii.3) segregar os ativos e passivos objeto da Recuperação Judicial das atividades operacionais correntes da recuperanda; (iii) a cisão parcial da Companhia, com versão do passivo concursal e ativos para a CEOS, conforme mencionado no item "ii" acima; (iii) em continuidade ao cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 01/09/2016 realizou a emissão das Notas Promissórias e em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial; A administração da Companhia vem cumprindo o quanto estabelecido no PRJ e tem a expectativa de solicitar oportunamente o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial conforme previstos na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. **Impacto na continuidade das operações e capacidade financeira:** Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de contratos da Companhia (Backlog) era de R\$ 2,0 bilhões, projetados para os próximos cinco anos.

17. **Eventos Subsequentes:** A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão.

Composição da Diretoria

Diretor Presidente	Diretor Corporativo	Diretor de Operações	Diretor de Operações	Contador
José Gilberto de Azevedo Branco Valentim	Edison Martins	Raimundo Maurílio Freitas	Paulo Eugênio Chaves Façanha	Claudio Berloff Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos conselheiros e acionistas da Galvão Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base opinião com ressalva:** Em 25 de março de 2015, a Companhia entrou com o pedido de Recuperação Judicial. O plano de Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 28/08/2015 e homologado pelo Juiz da Recuperação Judicial em 22/09/2015. A Companhia entregou Ativos aos credores bem superior ao valor de sua dívida, não comprometendo a geração de caixa futuro da Companhia para fazer frente as dívidas anteriores ao pedido de Recuperação Judicial. Pelo fato de não haver compromisso da geração de caixa futuro das atividades operacionais da Companhia com o Plano de Recuperação Judicial, a Administração entende que a empresa possui baixo risco de continuidade e comprometimento de suas atividades, porém deve ser mensurado e envidado esforços para que o mesmo seja eliminado. **Ênfase:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 16 de março de 2018.

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio-Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

SÃO CARLOS S.A. INDÚSTRIA DE PAPEL E EMBALAGENS

CNPJ/MF nº 59.596.619/0001-53

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
Ativo	2017	2016	Capital Social	Reserva de capital	Resultados acumulados	Total	Receita operacional bruta	2017	2016
Circulante	49.957	47.243	13.500	592	-	14.092	Venda de produtos	166.412	161.751
Disponibilidades	1.443	64	-	-	(2.122)	(2.122)	Deduções		
Contas a receber de clientes	27.425	25.287	-	(2.122)	2.122	-	Impostos, devoluções e abatimentos	(55.165)	(54.697)
Estoques	10.619	11.602	-	(1.530)	-	-	Receita operacional líquida	111.247	107.054
Outras Contas a receber	10.470	10.290	-	-	-	-	Custo dos produtos vendidos	(79.918)	(79.684)
Não Circulante	27.030	23.199	13.500	(1.530)	-	11.970	Lucro bruto	31.330	27.370
Depósitos Judiciais	921	860	-	-	(576)	(576)	Despesas operacionais:		
Investimentos	571	571	-	-	-	-	Administrativas e gerais	(10.329)	(10.122)
Imobilizado	25.538	21.768	-	(576)	576	-	Vendas	(16.174)	(14.876)
	76.987	70.442	13.500	(2.106)	-	11.394	Lucro Operacional antes das financeiras	4.827	2.372
Passivo	45.413	40.100					Financeiras líquidas	(6.978)	(4.433)
Circulante	45.413	40.100					Resultado Operacional após financeiras	(2.152)	(2.061)
Fornecedores	11.290	12.595					Resultado não operacional	1.575	(61)
Financiamentos	24.758	21.301					Resultado líquido do exercício	(576)	(2.122)
Impostos à recolher	5.252	2.465					Resultado líquido por quotas do capital final - R\$	(7,68)	(28,29)
Salários e férias a pagar	2.965	2.901							
Outras contas a pagar	1.148	838							
Não Circulante	20.180	18.372							
Financiamentos	2.862	3.157					Atividades de investimentos		
Impostos à recolher	17.317	15.215					Aquisição de imobilizado	(5.652)	(8.611)
Patrimônio líquido	11.394	11.970					Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos	(5.652)	(8.611)
Capital social	13.500	13.500					Atividades de financiamentos		
Reserva de capital	(2.106)	(1.530)					Financiamentos	3.163	8.327
	76.987	70.442					Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	3.163	8.327
							Diminuição nas disponibilidades	1.379	(318)
							Disponibilidades em 01 de Janeiro	64	382
							Disponibilidades em 31 de dezembro	1.443	64

As demonstrações financeiras completas acompanhadas das notas explicativas encontram-se à disposição na sede social da empresa.
DIRETORIA EXECUTIVA
Celso Luis Pedrino - Diretor
Contador - Eduardo Sanches Perera - CRC-1SP 169.141/O-8

